



Dossiê: Democracia, *accountability* e gestão educacional

Apresentação

Andréia Ferreira da Silva¹
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Antônia Bruna da Silva²
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Luciane Terra dos Santos Garcia³
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

A democracia e a educação pública estão em risco! O projeto social comprometido com a participação e o reconhecimento da dignidade humana hesita diante do avanço do autoritarismo e de formas cada vez mais selvagens e destrutivas de acumulação do capital. Esse projeto avança negando a soberania nacional, proteção da natureza e os direitos humanos. Nesse contexto, o projeto de formação humana é atualizado e a escola é (re)convertida em *lócus* privilegiado de (con)formação a um mundo cada vez mais desigual e instável.

O Estado, de provedor de direitos, torna-se regulador do mercado educacional, orientado para oferecer produtos e serviços voltados à eficiência da escola e dos sistemas educativos. A proposta de gestão escolar democrática é reconfigurada para o modelo gerencial da gestão por resultados, que busca alcançar metas e índices nas avaliações externas. O conceito de *accountability*, que se originou numa perspectiva

¹ Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal de Campina Grande. <https://orcid.org/0000-0001-9574-3808> . silvaandrea@uol.com.br.

² Doutora em Educação. Docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE). <https://orcid.org/0000-0001-8609-2257> . antoniabruna.silva@uece.br.

³ Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0000-0003-3089-4263> . luciane.terra@ufrn.br.



democrática de controle do Estado pela sociedade, é ressignificado para uma *accountability* vertical de responsabilização unilateral.

No campo da Ciência Política, mais precisamente, a *accountability* é concebida enquanto elemento fundamental à vivência democrática, associada ao controle social do poder político e dos atos dos governantes eleitos. Ao propor o monitoramento da atuação governamental, a responsabilização dos governantes e a aplicação de sanções, em casos de desvios de conduta ou uso indevido de recursos públicos, a *accountability* é compreendida como uma das dimensões de sustentação da democracia (Schneider; Rostirola; Vásquez, 2021). Nessa perspectiva, o exercício pleno da democracia não está relacionado somente à escolha direta dos governantes, mas também à prestação de contas de suas ações junto à sociedade.

Não obstante, o tema da *accountability*, tal como sua significação, não se encontra circunscrito a esse campo. Na sociedade capitalista, de modo especial, a apropriação do termo, à semelhança de outras temáticas e pautas igualmente relevantes, tem sido marcada por sua ressignificação e adaptação aos interesses do capital, de modo a contribuir para a sua própria reprodução. Nessa conjuntura, como sublinham Dardot e Laval (2016), o indivíduo é o sujeito da competição, governado por dispositivos de desempenho, nos quais as formas de gestão empresarial e a avaliação educacional constituem-se em alavancas que fomentam a concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação, cuja maior expressão é o homem autoempreendedor. Sob a orientação da ideologia neoliberal, a referência da ação pública afasta-se da concepção do sujeito de direitos para focalizar o sujeito empreendedor, mediante a contestação dos direitos sociais e a exaltação dos valores do mercado em diferentes âmbitos.

Na área da educação, a *accountability* corresponde a novas formas de regulação baseadas em resultados, pressupondo a existência de dispositivos de avaliação do desempenho das instituições escolares. Estas passam a orientar suas ações em função da melhoria de resultados, a modificar objetivos curriculares e a conviver com mecanismos de sanção, na forma de incentivo ou punição, voltados à adequação das práticas das unidades de ensino (Maroy, 2013).

Na contracorrente da implementação da gestão democrática, as escolas públicas são afetadas, de forma intensa e recorrente, pela criação de mecanismos de

accountability educacionais associados às avaliações externas em larga escala criadas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Com uma abordagem pragmática, mensurável e demarcada temporalmente pelo calendário dos exames externos, as secretarias de educação e as escolas vêm, cada vez mais, incorporando ferramentas de planejamento estratégico associadas à gestão para/por resultados.

Assim, sob uma governança neoliberal, a *accountability* tem se prestado à mensuração da eficácia dos sistemas de ensino, à vigilância das instituições escolares, ao controle do trabalho docente, ao julgamento de valor acerca da qualidade da educação pública e à responsabilização de professores e gestores escolares pelos resultados de desempenho acadêmico dos estudantes. Considerando os impactos que as políticas de *accountability* têm trazido às escolas, como reflexo das mudanças sociais, esse número temático tem como objetivo refletir acerca da tríade democracia, *accountability* e gestão da educação, lançando um olhar abrangente sobre seus contornos, contradições, possibilidades e condições de implementação, a partir de estudiosos do tema.

O número temático da Revista Debates em Educação *Democracia, accountability e gestão da educação* conta com contribuições de pesquisadoras(es) e pós-graduandas(os) nacionais e internacionais, vinculadas(os) às seguintes instituições de ensino superior: Universidade do Minho (UMinho/Portugal), *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* (UNMSM/Peru), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Surgiu das reflexões e da pesquisa desenvolvida no âmbito da Rede de Estudos e Pesquisas em Políticas de Avaliação Educacional e *Accountability* (REPAE) como momento de sistematização de conhecimento, mas também de aproximação e de diálogo com outras(os) pesquisadoras(es). Reúne treze artigos que expõem resultados de pesquisas sobre o tema proposto, orientadas por diferentes enfoques e

perspectivas de análise, além de entrevista realizada com o professor doutor Almerindo Janela Afonso, docente aposentado da Universidade do Minho, referência internacional no campo da avaliação educacional e na discussão do conceito de *accountability*.

As contribuições privilegiam a realidade educacional brasileira, com especial destaque às especificidades do contexto nordestino, considerando a tríade em causa. O número temático é composto por seis eixos: 1) *democracia, neoliberalismo e accountability na educação: novos sentidos para a qualidade educacional*; 2) *neoliberalismo, accountability, mercado educacional e parcerias público-privadas na educação*; 3) *gestão por/para resultados, políticas de premiação e bonificação pecuniária ou simbólica*; 4) *Nova Gestão Pública, accountability, políticas de formação continuada e regulação dos profissionais da educação*; 5) *sistemas de avaliação educacional e regime de colaboração entre os entes federados*; e 6) *percepções de atores internos e externos à escola*.

Integra o primeiro eixo a entrevista com o professor Almerindo Janela Afonso, realizada pelos professores doutores Anderson Gonçalves Costa e Andréia Ferreira da Silva. Na entrevista, o professor Afonso analisa como o avanço da gestão neoliberal vem colaborando para erodir a democracia em todo o mundo. Da mesma forma, tem influenciado os processos de avaliação educacional, prestação de contas e responsabilização profissional, reproduzindo processos autoritários que se manifestam por meio do cerceamento da autonomia profissional; da constituição de avaliações externas às instituições, que fomentam rankings educacionais; da prestação de contas dos resultados dirigida ao mercado educacional, entre outros fatores que distanciam a *accountability* educacional do interesse público. Apresenta ainda reflexões acerca da necessidade de vigilância crítica no uso do conceito de *accountability* em educação.

Também compõe esse eixo o artigo intitulado *A qualidade como métrica: gerencialismo e a erosão da democracia na escola pública brasileira*, de autoria de Maria Fabiana da Silva Costa, Inalda Maria dos Santos e Yasmin Santos Marques, que demonstra como a lógica neoliberal, pautada na eficiência produtivista, vem reconfigurando a educação e, em particular, a concepção de qualidade educacional, em detrimento da gestão democrática. Embora a gestão democrática se constitua um

princípio constitucional, sua consolidação nas escolas públicas brasileiras historicamente enfrenta obstáculos. Entre os fatores que dificultam a democratização das relações nas instituições escolares, as autoras apontam: o incentivo à lógica da performatividade profissional; os intensos mecanismos de controle das ações e resultados aos quais o trabalho escolar tem sido submetido; o estímulo à padronização das ações; e a intensificação e precarização do trabalho docente, entre outros tantos entraves.

O segundo eixo do número temático, *Neoliberalismo, accountability, mercado educacional e parcerias público-privadas na educação*, reúne três artigos, que versam acerca da privatização educacional, em decorrência do avanço das políticas neoliberais e das reformas gerenciais do Estado brasileiro.

O primeiro artigo, *Accountability societal enquanto mecanismo de controle e transparência das ações de privatização da educação*, de autoria de Maria Vieira Silva, Leonice Matilde Richter e Viviane Viana, recupera o sentido da *accountability* enquanto elemento de controle sobre o poder público, buscando cercear abusos e fomentar a responsabilização dos agentes estatais. Esse trabalho aborda a transparência como mecanismo de *accountability*, capaz de possibilitar o controle social sobre o processo de privatização da educação brasileira. O estudo problematiza aspectos lacunares dos mecanismos de controle democrático das ações de privatização no norte do estado de Minas Gerais, considerando que não há um sistema de avaliação e de regulação das ferramentas de transparência, o que dificulta o monitoramento e a vigilância social sobre os atos de governo e, particularmente, sobre a proliferação de processos de privatização na educação básica pública.

O segundo artigo, denominado *Controle do trabalho docente e o mercado financeiro como regulador: reflexões sobre a avaliação em escolas privadas*, de José Quibao Neto e Theresa Adrião, aborda o papel das avaliações externas, operacionalizadas por empresas privadas, em instituições de educação básica privadas pertencentes a grupos empresariais. Por meio de uma investigação conduzida junto a docentes integrantes do quadro profissional de escolas controladas por grupos financeiros, os autores analisam a adoção de mecanismos de avaliação do desempenho acadêmico dos alunos e do trabalho docente, bem como suas implicações para o trabalho pedagógico. Com base nas evidências coletadas, demonstram que as avaliações externas se tornam instrumentos a serviço da

racionalidade dos mantenedores das instituições de ensino investigadas. Para além de sua função pedagógica propriamente dita, a análise aponta que são utilizadas para monitorar e ranquear as instituições de ensino, fomentando dinâmicas competitivas e submetendo o trabalho docente a contínuo controle, pressão e responsabilização por resultados.

O terceiro e último artigo desse eixo, intitulado *Nova Gestão Pública na política educacional de Mato Grosso – redes de influência e reconfiguração na rede pública estadual*, construído por Maria Eloísa da Silva, Álvaro Moreira Hypolito e Luciana Leandro da Silva, aborda a atuação de redes de influência constituídas por parcerias público-privadas na reconfiguração da rede pública estadual do Mato Grosso (MT). Essas parcerias denotam a influência de agentes privados não apenas se apropriando dos recursos públicos, mas também influenciando e privatizando a gestão escolar, a formação profissional e o trabalho docente na rede investigada, conformando a educação à lógica do mercado.

O terceiro eixo do número temático, *Gestão por/para resultados, políticas de premiação e bonificação pecuniária ou simbólica*, é constituído por um conjunto de artigos que abordam as políticas adotadas por diferentes redes estaduais e municipais de ensino do país para viabilizar a adesão dos profissionais da educação à ordem educacional pautada em parâmetros mercantis, com distintas e intensas repercussões. O primeiro artigo, escrito por Wirla Risany Lima Carvalho, Francisca Eudeilane da Silva Pereira e Michelle Morgana Gomes Fonsêca Alcântara, tem como título *Gestão por resultados e performatividade: o SAEB e a política de bonificação na rede estadual de ensino do Piauí*. Reflete acerca do avanço de políticas que enfatizam a performance na gestão educacional, orientadas por resultados, na rede estadual de ensino do Piauí. A implantação de política de bonificação no estado objetiva o incremento dos resultados estudantis alcançados no SAEB e tem contribuído para a disseminação e justificação de determinado padrão de qualidade educacional para todo o país. Nesse contexto, no estado do Piauí vem sendo instituído um cenário de forte responsabilização dos profissionais da educação pela elevação dos resultados nos testes, o que impacta sobremaneira no exercício docente e em sua identidade profissional.

Por sua vez, o manuscrito *As políticas de bonificação para profissionais da educação na região Nordeste*, de autoria de Edva Gomes da Silva, Fernanda Souto de Melo e Givanildo da Silva, apresenta um panorama das políticas de bonificação voltadas a profissionais da educação no Nordeste brasileiro, enfatizando aspectos compartilhados entre os estados estudados: Pernambuco, Ceará, Bahia, Alagoas, Maranhão, Piauí, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte. A análise referencia-se no estudo dos dispositivos legais que disciplinam tais políticas, abrangendo o período de 2008 a 2025. Compreende-se que, embora possuam especificidades, há semelhanças entre as políticas no que diz respeito à imprescindibilidade de instituir processos avaliativos, estabelecer metas e responsabilizar profissionais pelos resultados obtidos.

Por fim, o artigo denominado *Accountability educacional e desigualdades territoriais: limites da gestão por resultados nos municípios brasileiros*, de Maria Edgleuma de Andrade e Maria Elza de Andrade, questiona a lógica vigente, analisando a relação entre a heterogeneidade territorial e o desempenho educacional municipal, mensurado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O artigo se fundamenta na literatura sobre *accountability*, regulação educacional e desigualdades territoriais e utiliza bases de dados que integram informações do IDEB, do Censo Escolar, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). O trabalho aponta a importância de se considerar os seguintes fatores para a compreensão dos resultados educacionais: localização das escolas em áreas rurais; qualidade da infraestrutura escolar; e capacidade institucional dos governos locais. Desse modo, argumenta e demonstra que as características territoriais não podem ser desconsideradas na compreensão dos resultados educacionais, atestando os limites de modelos uniformes de *accountability*.

O quarto eixo deste número, nomeado de *Nova Gestão Pública, accountability, políticas de formação continuada e regulação dos profissionais da educação*, é composto por dois artigos que analisam outras formas de subordinação dos profissionais da educação à ordem socioeconômica neoliberal, além da bonificação pecuniária, enfatizada no eixo anterior. Discutem a formação profissional e a plataformização como estratégias empregadas, no estado de Pernambuco, com o propósito de reconversão dos profissionais à lógica do capital.

O artigo *O espectro da Nova Gestão Pública e a reconfiguração da formação continuada de diretores escolares em Pernambuco*, de Paulo Bruno José Ferreira de Brito e Ana Lúcia Felix dos Santos, aborda os programas de formação continuada de diretores escolares em Pernambuco, implementados de 1999 a 2022. Aponta como o discurso gerencial vem reconfigurando a formação continuada dos diretores escolares pernambucanos, a partir da análise discursiva foucaultiana. Nessa perspectiva, os autores demonstram que, progressivamente, a Nova Gestão Pública reconfigurou não apenas o formato dos cursos de formação continuada de diretores escolares, mas também o perfil do gestor, que deve se converter em gerente estratégico, capaz de ressignificar a própria escola em que atua.

O artigo *A escola sob vigilância: neoliberalismo, accountability e a redefinição da qualidade na gestão da educação pública em Pernambuco*, de José Mawison Cândido de Lima, Jonas da Silva Rodrigues e Janete Maria Lins de Azevedo, aborda uma outra estratégia de reconversão dos gestores escolares, a plataforma Power Retre. Fundamentado na perspectiva foucaultiana da governamentalidade, considerou os seguintes operadores analíticos: condução das condutas, tecnologias de poder e racionalidade biopolítica. Compreende que a plataformização da educação estadual em Pernambuco operacionaliza uma racionalidade biopolítica, mobilizando tecnologias de poder que monitoram, classificam e regulam a realidade escolar, conforme critérios de qualidade e desempenho, capaz de governar condutas de professores e gestores escolares.

O quinto eixo, *Sistemas de avaliação educacional e regime de colaboração entre os entes federados*, do presente número temático congrega dois artigos que analisam os sistemas de avaliação externa estaduais do Piauí e do Rio Grande do Norte, respectivamente. O primeiro estudo, intitulado *o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI) e o regime de colaboração na gestão para resultados*, de Cleverson Moreira Lino, Dayane Martinelle da Silva Santos e Luisa Xavier de Oliveira, examina a política de avaliação educacional do referido estado, considerando: o regime de colaboração entre os entes federados, os resultados educacionais obtidos, bem como suas implicações para a gestão escolar. Assevera que a implementação do sistema de avaliação no estado configurou-se a partir da colaboração entre os entes, pautada em mecanismos de monitoramento,

responsabilização e gestão para resultados. Como consequência, ampliou-se a coordenação educacional e o acompanhamento da aprendizagem, que produziu fortes tensões relacionadas à autonomia pedagógica e à gestão democrática da educação pública.

O artigo *O SIMAIS/RN: entre o monitoramento e a responsabilização na educação*, de autoria de Arécia Susã Moraes, Luciane Terra dos Santos Garcia e Ricardo Cuenca, analisa as mudanças estruturais do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional do Rio Grande do Norte, o SIMAIS/RN, demonstrando como os indicadores de responsabilização vem se configurando ao longo das edições desse sistema. O SIMAIS, desde a sua criação, no ano de 2016, teve sua configuração redesenhada; de abrangentes instrumentos de avaliação da aprendizagem e institucional, passou a enfatizar, desde 2018, apenas o monitoramento da aprendizagem dos estudantes, nos anos conclusivos das etapas escolares, tal como o SAEB. A partir de 2023, foi incorporado ao sistema a avaliação dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do governo federal. Apesar dessas mudanças, os autores apontam que o sistema de avaliação da educação do estado do RN tem privilegiado formas simbólicas de responsabilização por resultados, com base, especialmente, no SIMAIS Alfa, em detrimento de políticas de alta responsabilização.

A última seção deste número temático, *Percepções de atores internos e externos à escola sobre processos avaliativos e de responsabilização educacional*, é constituída por dois artigos. O primeiro, intitulado *Accountability e avaliações externas como dispositivos de regulação da prática docente: análise a partir de professoras do Ensino Fundamental de Dourados-MS*, de autoria de Fabio Perboni e Jacimara Aparecida Mendes, busca dar voz aos professores do estado do Mato Grosso do Sul. Analisa a percepção de professoras acerca dos processos de avaliação educacional e como compreendem e incorporam as cobranças por resultados na prática docente. O diálogo com a literatura e com as professoras entrevistadas revelou que, mesmo sem política local de premiação ou punição pelos resultados, as avaliações externas influenciam as práticas docentes, em especial no que se refere à avaliação da aprendizagem, seleção de conteúdos e na seleção das metodologias de ensino.

Por fim, o artigo *Relação entre família, escola e políticas de avaliação externa: definições e perspectivas da política educacional brasileira (1988–2026)*, de Arlindo Caitano da Silva e Andréia Ferreira da Silva, apresenta um painel concernente ao papel atribuído à família no contexto das políticas de responsabilização na educação básica de 1988 à atualidade. O estudo evidencia que as políticas contemporâneas de responsabilização educacional conferem papel estratégico às famílias no desempenho escolar das crianças. Embora tal definição tenha sido estabelecida pelo Decreto Presidencial n.º 6.094/2007, vinculado ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o texto demonstra que os ordenamentos legais nesse sentido não pararam por aí, sendo reforçados no âmbito do mais recente instrumento de planejamento educacional do país, o Plano Nacional de Educação 2026–2036. O estudo aponta que o fortalecimento do modelo de gestão gerencial no setor educacional do país tem (re)configurado a participação da família na escola na perspectiva do monitoramento dos resultados e não de uma proposta de gestão escolar democrática.

Pelo exposto, o presente número temático da Revista Debates em Educação apresenta uma ampla análise sobre o tema proposto. Parte de um olhar mais global realizado pelo professor Afonso para, na sequência, abarcar outras dimensões da realidade educacional de estados e municípios do país relacionadas ao tema proposto. Desse modo, contribui para uma compreensão mais aprofundada dos processos educacionais que envolvem as políticas de *accountability* em educação, dos projetos sociais aos quais se vinculam e seus desdobramentos para as redes de ensino e seus profissionais.

As organizadoras agradecem as valiosas contribuições recebidas das(os) autoras(es) que integram esta publicação, pesquisadoras(es) nacionais e internacionais de referência na temática e pós-graduandas(os) em Educação que se dispuseram a contribuir com essa publicação. Um agradecimento especial às(aos) integrantes da Rede de Estudos e Pesquisas em Políticas de Avaliação Educacional e *Accountability* (REPAE) que também participaram da definição da proposta deste número temático. Convidamos as(os) interessadas(os) no tema, estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais do magistério e da educação, incluindo técnicos e gestoras(es) das secretarias de educação, entre outros, à leitura e ao

diálogo crítico com as(os) autoras(es), considerando as inúmeras possibilidades interpretativas e as contradições constitutivas da realidade educacional brasileira.

As organizadoras

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAROY, Christian. Estado avaliador, *accountability* e confiança na instituição escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 319-338, jul./dez. 2013.

RICHTER, Leonice Matilde; SOUZA, Vilma Aparecida; SILVA, Maria Vieira. A dimensão meritocrática dos testes standardizados e a responsabilização unilateral dos docentes. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico ANPAE**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 607-625, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60198>. Acesso em: 02 set. 2026.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina; VÁSQUEZ, Jaime Morales (Orgs.). **Dispositivos de accountability em perspectiva**: limites e alternativas à política de avaliação educacional. Curitiba: Appris, 2021.